



**Câmara Municipal de Bom Jesus da Penha - Bom Jesus da
Penha - MG**

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo



000455

COMPROVANTE DE PROTOCOLO - Autenticação: 02025/11/27000455

Número / Ano	000455/2025
Data / Horário	27/11/2025 - 14:45:00
Assunto	Projeto de Lei nº 11/2025 de autoria da Mesa Diretora que : "Dispõe sobre a Concessão de abono aos servidores públicos da Câmara Municipal de Bom Jesus da Penha e dá outras providências".
Interessado	Francielly Moraes Pires-Presidente da Câmara; Sabrina dos Anjos Ribeiro-Vice-Presidente; Wanderson D'Ávila da Silva-1º Secretário;Valdirene Maria de Oliveira Vaz-2ª Secretária
Natureza	Administrativo
Tipo Documento	Projeto de Lei
Número Páginas	4
Emitido por	admin



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA PENHA

CNPJ 05.679.293/0001-07

ESTADO DE MINAS GERAIS

Projeto de Lei n.º 11/2025

PROJETO DE LEI N.º 11/2025 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a Concessão de abono aos servidores públicos da Câmara Municipal de Bom Jesus da Penha e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Bom Jesus da Penha, Estado de Minas Gerais no uso de suas atribuições legais, resolve propor a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Presidente da Câmara Municipal autorizada a conceder um Abono Natalino aos servidores públicos efetivos ativos, bem como aos ocupantes de cargos comissionados da Câmara Municipal.

§ 1º Os servidores citados no art. 1º receberão o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), no mês de dezembro de 2025.

§ 2º O Abono Natalino previsto no "caput" será pago ao beneficiário no seu holerite mensal, de forma destacada, sendo considerado como verba indenizatória não tributável para fins de cálculo de contribuição previdenciária e imposto sobre a renda.

§ 3º No caso de nomeação, exoneração, demissão e aposentadoria do beneficiário o pagamento do Abono Natalino será proporcional aos dias efetivamente trabalhados.

Art. 2º Não farão jus ao Abono Natalino de que trata esta Lei, no mês em referência, todo aquele que:

I - estiver licenciado:

a) do trabalho sem o recebimento de remuneração pela Câmara Municipal de Bom Jesus da Penha, para tratar de assuntos de interesses particulares;

b) por motivo de doença em pessoa da família.

II - for considerado como insuficiente em avaliação de desempenho de suas atribuições pela chefia imediata, conforme Laudo de Avaliação expedido para tal fim ou for condenado em Processo Administrativo Disciplinar no mês de dezembro de 2025.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA PENHA

CNPJ 05.679.293/0001-07

ESTADO DE MINAS GERAIS

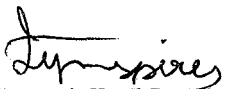
Projeto de Lei n.º 11/2025

Parágrafo único. Na hipótese de o beneficiário vir a receber o Abono Natalino de forma ilegal, enquadrando-se numa das hipóteses descritas no "caput", terá no mês seguinte ou nos posteriores, se for necessário, o seu crédito recebido indevidamente estornado mediante desconto em seu holerite, sem prejuízo da aplicação das penalidades administrativas cabíveis.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei correção por conta das dotações próprias constantes do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara, 26 de novembro de 2025.


Francielly Moraes Pires

Presidente da Câmara Municipal

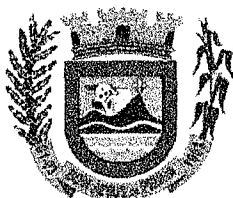

Wanderson D'Ávila da Silva
1º Secretário da Câmara Municipal

Documento assinado digitalmente
gov.br **SABRINA DOS ANJOS RIBEIRO**
Data: 27/11/2025 10:38:08-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Sabrina dos Anjos Ribeiro

Vice-Presidente da Câmara Municipal


Valdirene Maria de Oliveira Vaz
2ª Secretária da Câmara Municipal



JUSTIFICATIVA

Senhores Vereadores,

Encaminhamos a apreciação dos Senhores, o presente Projeto de Lei n.º 11/2025 de autoria da Mesa Diretora que dispõe sobre a concessão de abono as servidoras públicas efetivas e comissionadas da Câmara Municipal, nos termos da Lei Orgânica Municipal, observada as condições orçamentárias da Câmara.

Esta iniciativa visa oferecer um singelo reconhecimento, dentro da legalidade, àquelas que muito fazem para servir diariamente a nossa cidade, a fim de motivá-las e valorizá-las. Tenham em consideração que, mesmo sendo uma pequena proporção, para muitos é um valor significativo e que poderá ser usado nas festividades natalinas.

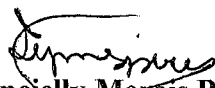
Insta salientar que o demonstrativo de impacto orçamentário e financeiro de que trata o art. 16. Incisos I e II da Lei Complementar nº101/00 fica dispensado por não acarretar despesas continuadas, ademais, as dotações já se encontram previstas no orçamento vigente, conforme já restou consignado no art. 3º deste Projeto de Lei.

Por fim, aguardando uma votação favorável do Projeto de Lei em questão, pedimos que a sua tramitação se dê em **caráter de urgência**, tendo em vista a importância da matéria, em especial pela necessidade de fechamento da folha de pagamento, e por estarmos finalizando o ano de 2025.


Cordialmente,

Câmara Municipal de Bom Jesus da Penha, 26 de novembro de 2025.

Mesa Diretora,


Francielly Moraes Pires
Presidente da Câmara Municipal


Wanderson D'Ávila da Silva
1º Secretário da Câmara Municipal

Documento assinado digitalmente
 **SABRINA DOS ANJOS RIBEIRO**
Data: 27/11/2025 10:31:47-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Sabrina dos Anjos Ribeiro
Vice-Presidente da Câmara Municipal


Valdirene Maria de Oliveira Vaz
2ª Secretária da Câmara Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA PENHA
CNPJ 05.679.293/0001-07
ESTADO DE MINAS GERAIS

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO
DO PROJETO DE LEI Nº 11/2025

Atendendo o disposto no artigo 16, I, da Lei Complementar nº 101/2000, segue a estimativa de impacto orçamentário e financeiro referente ao Projeto de Lei nº 11/2025 que “Dispõe sobre a Concessão de abono aos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Bom Jesus da Penha e dá outras providências”:

Especificação	2025	2026	2027
Presente Despesa	6.000,00	-	-
Previsão Orçamentária	1.560.000,00	1.622.400,00	1.687.296,00
Estimativa do Impacto Orçamentário e Financeiro	0,38%	0,00%	0,00%

DECLARAÇÃO

DECLARO, para os fins previstos no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, com base na estimativa de impacto, que o Projeto de Lei tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária anual e compatibilidade com Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias em vigor.

Declaro também que as referidas despesas serão empenhadas e realizadas dentro do mesmo exercício, e que não ficarão parcelas a serem executadas nos exercícios seguintes, portanto a Câmara Municipal possui recursos financeiros suficientes para o cumprimento de tais despesas.

Câmara Municipal de Bom Jesus da Penha, 27 de Novembro de 2025.


Francielly Moraes Pires
Presidente da Câmara